Resoluções das atividades

Capítulo 3 As monarquias nacionais

1 Entre os vários motivos que levaram a burguesia a apoiar os monarcas, pode-se destacar o prejuízo econômico causado pela fragmentação política, uma vez que cada senhor feudal possuía a prerrogativa de cobrar impostos em suas terras e estradas. As desvantagens financeiras da fragmentação monetária eram ruins para a burguesia, pois cada senhor feudal detinha a possibilidade de cunhar sua própria moeda e instituir seu sistema de pesos e medidas, o que dificultava o cálculo dos preços. As perdas econômicas resultantes da ausência de uma política de segurança pública prejudicavam a burguesia, pois eram frequentes os assaltos durante o transporte das mercadorias. Os desmandos dos senhores feudais que se orientavam pelos costumes de cada região, aplicando a lei de acordo com seus interesses, também levaram a burguesia a apoiar o poder dos monarcas.

2 B

Com o fortalecimento do poder real, começava a entrar em crise o sistema feudal. Entre os atores sociais da Idade Média, o clero da Igreja Católica perderia parte do poder religioso e político que detinha, mas não deixaria de existir. Dessa forma, a personagem histórica a passar por um processo de declínio foi a cavalaria dos senhores feudais.

3 D

Com o progressivo aumento do poder dos reis sobre territórios mais vastos, delimitando aos poucos fronteiras nacionais e despojando os antigos senhores feudais de suas prerrogativas de poder local, foi se formando concomitantemente uma camada de servidores das monarquias destinada a governar as novas regiões e os novos povos submetidos aos monarcas. Essa camada de servidores e funcionários, que gradualmente se profissionalizaria, formou as burocracias nacionais, cuja função era realizar o governo dos reinos e países, permitindo que a Coroa controlasse toda a organização política do Estado que ia assim se construindo.

4 C

As ideias de dignidade, liberdade e igualdade, presentes na legislação brasileira, surgem primeiramente na Constituição de 1824 e, mais atualmente, na Constituição Cidadã de 1988. Esses raciocínios guardam similaridades com o documento que asseguraria o poder real da monarquia inglesa na Idade Média: a *Magna Carta*, de 1215.

5 A Reconquista espanhola foi um processo de longa duração, que aconteceu durante séculos de batalhas entre cristãos e muçulmanos. Assim, a justificativa deve ressaltar a gradativa conquista cristã de territórios na península Ibérica, iniciada entre os séculos X e XI e concluída somente no final século XV. Também deve ser assinalada a constituição de novos reinos à medida que ocorria a Reconquista, o que impactava diretamente as disputas, as alianças, os sucessos e os fracassos da luta contra o domínio islâmico na península Ibérica. Assim, a vitória cristã no processo de reconquista, com a expulsão definitiva dos "mouros" da região sul do atual território espanhol, coincide com a consolidação do Estado nacional espanhol, impulsionada pela união dos reinos de Castela e Aragão.

6 A pintura destaca um homem e uma mulher deitados na cama com manchas escuras pelo corpo. Essas manchas eram características da peste negra (bubônica), a qual causou uma crise na sociedade medieval, no século XIV. Ela causou uma devastação profunda na dinâmica econômica, social, política e cultural europeia. Ao dizimar cerca de um terço da população europeia, reduziu drasticamente a mão de obra produtiva, o que, por sua vez, resultou em uma forte redução da capacidade agrícola e no abastecimento da população. Em paralelo, a epidemia enfraqueceu o poderio da Igreja Católica, vista como representante de Deus. Em uma sociedade fortemente religiosa como a medieval, a peste negra foi associada a punições divinas. Em termos sociais e políticos, a grande fome e a peste negra desestabilizaram a ordem vigente, acelerando o processo de transformações sociais em curso. Os levantes e insurreições de camponeses são testemunhos da agitação do período.

7 E

Uma das principais características do poder absolutista é a soberania da figura real, que concentrava os poderes como se fosse uma deidade. As representações do poder em escalas regional e local não tinham a mesma influência, pois eram mais fracas se comparadas ao monarca absolutista.

8 No período absolutista, o monarca concentrava todos os poderes, centralizando em sua figura as diversas funções do Estado, isto é, o rei era visto como fonte de justiça, detentor do poder militar e controlador soberano do aparato estatal. Ao concentrar todo o poder em si, outros órgãos políticos, como o Parlamento, eram eliminados ou postos sob o seu domínio. O monarca ainda frequentemente era visto como representante do poder divino, o que lhe permitia também atuar como chefe religioso. Assim, durante o período absolutista, não

havia espaço para a distribuição do poder político entre os diversos atores e grupos sociais.

9 Entre os argumentos usados para legitimar o direito divino dos reis, podem ser mencionados a concessão divina do poder real, isto é, o caráter sagrado de sua origem, o exercício do poder monárquico como manifestação terrena da vontade divina, a ilegitimidade de qualquer contestação e sublevação perante a monarquia, representante dos desígnios divinos.

10 De acordo com a teoria de Hobbes, o contrato social marcava o processo de fundação do Estado. Por esse contrato, celebrado com o intuito de garantir a paz e a sobrevivência, bem como impedir a guerra de todos contra todos, se constituía o poder absoluto do soberano. Assim, o contrato social expressava a saída do homem de seu estado de natureza, a submissão ao poder estatal representado pelo rei e a abdicação da liberdade anteriormente irrestrita em favor da regulação do Estado como forma de garantia de segurança individual e social.